



Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGANTE: ENGECOL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
EMBARGADO: BANCO FINASA BMC S/A e BANCO BRADESCO S/A
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - DECISÃO TERMINATIVA QUE DEU PROVIMENTO AOS INFRINGENCIAIS, AFASTANDO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL ORIUNDO DA SENTENÇA LANÇADA NA AÇÃO DE PISO, OS DANOS REFERENTES AO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DA EMBARGANTE, LIMITANDO O RESSARCIMENTO PELOS DANOS MORAIS E MATERIAIS ÀQUELES PROVENIENTES DO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO FRUSTRADO - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - DECISÃO EXAUSTIVA DO TEMA, LIVRE DE QUALQUER DIFICULDADE DE COMPREENSÃO E ANÁLISE - AUSÊNCIA DE QUALQUER ERRO DE FATO OU MATERIAL, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE QUE AUTORIZE EMENDAS AO SEU TEOR - IMPOSSIBILIDADE DE REVISITAR QUESTÕES APRECIADAS E DECIDIDAS - RECEBIMENTO DOS ACLARATÓRIOS COMO AGRAVO REGIMENTAL - PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE RECURSAL E DA ECONOMIA PROCESSUAL - DECISÃO ATACADA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA E SUFICIENTE PARA O DESATE DA QUESTÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS, CONHECIDOS E REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS INFRINGENTES NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0168566-9, em que figuram como Embargante ENGECOL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA e como Embargados BANCO FINASA BMC S/A e BANCO BRADESCO S/A, os Senhores Desembargadores componentes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam: *“Por unanimidade de votos, os Embargos de Declaração foram rejeitados, nos termos do voto do Relator”*; tudo de acordo com o relatório, os votos e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator

Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

fl. 576
Ar

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS INFRINGENTES NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0168566-5

EMBARGANTE: ENGECOL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

EMBARGADO: BANCO FINASA BMC S/A e BANCO BRADESCO S/A

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

ENGECOL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES

LTDA opõe Embargos de Declaração, com efeitos modificativos, ao amparo do art. 535 e seguintes, do CPC, requerendo o acolhimento do presente recurso para que sejam sanadas supostas omissão e contradição contidas na Decisão Terminativa (fls. 516/519) que deu provimento aos infringenciais manejados pelos Bancos/Embargados, afastando do título executivo judicial oriundo da sentença proferida na ação de piso nº 0021496-06.2001.8.17.0001, os danos referentes ao encerramento das atividades empresariais da Embargante, limitando o ressarcimento pelos danos morais e materiais àqueles provenientes do empreendimento imobiliário, ali frustrado.

A contradição, segundo argumenta, residiria no fato de que a decisão embargada fora proferida em desconformidade com a fundamentação constante na sentença, já acobertada pelo manto da coisa julgada, no ponto em que, segundo entende, *"... os danos materiais decorrentes do encerramento da atividade da construtora autora, antes referidos, serão objeto de liquidação, como pedido pela parte autor na inicial"* (sic), o que colocaria em risco a segurança jurídica das decisões judiciais.

Prossegue, em seu arrazoadado, que não poderia a indenização referente aos lucros cessantes limitar-se apenas à frustração do empreendimento do Edifício Avellar, pois não é permitido, na fase de liquidação da sentença, modificar ou inovar a sentença liquidanda, nem invocar matéria pertinente à causa principal, na forma do artigo 475-G, do CPC.

Quanto à suposta omissão no julgado, afirma que a decisão atacada deixou de aplicar a norma ao caso concreto para acompanhar as razões dispostas na decisão liquidanda, bem como que os Embargos Infringentes foram manejados contra a decisão que deu parcial provimento ao Agravo de Instrumento, decidindo-se acerca do mérito da demanda, não sendo cabível sua oposição, pois, a matéria discutida e decidida no Instrumental limitou-se ao *quantum debentur* e não sobre o mérito da demanda.

Afirma que o Relator do Agravo de Instrumento determinou que a liquidação de sentença fosse feita de acordo com a decisão.

gcp



fl. 577
QF

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

transitada em julgado, acrescentando os itens, 7, 8 e 9 da planilha de fl. 631. Assim, a discussão não mais estaria no plano meritório, mas tão somente na apuração do *quantum* devido, vez que a matéria de mérito tivera sido discutida em todas as instâncias nos autos da ação principal.

Ao final, pugna pelo provimento dos seus aclaratórios, com afastamento das inquinadas omissão e contradição, aplicando-se efeito modificativo à decisão embargada, para fins de inadmitir os Embargos Infringentes, mantendo-se a decisão proferida no Agravo de Instrumento, ou, julgar improcedentes os Embargos Infringentes.

Contrarrazões acostadas às fls. 566/571, pleiteando pela manutenção da decisão embargada, com desprovimento dos presentes Embargos de Declaração, e aplicação da sanção prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC.

Estes autos vieram-me conclusos por ter sido o Relator da matéria e prolator da referida decisão.

Sem questões preliminares a desatar.

É o que se impõe relatar.

Recife, 11 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

de 578
Ar

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS INFRINGENTES NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0168566-5

EMBARGANTE: ENGECOL INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

EMBARGADO: BANCO FINASA BMC S/A e BANCO BRADESCO S/A

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO

Inicialmente, saliento que a função dos embargos de declaração é, exclusivamente, afastar do julgado qualquer omissão, não permitir a permanência de obscuridade, por acaso existente, e ainda, extirpar da decisão qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão assumida.

Resumem-se, portanto, tais recursos, ao afastamento de vícios relativos à compreensão do decidido judicialmente e, inexistindo quaisquer dos vícios retromencionados, como no presente caso, descabidos são os aclaratórios.

In casu, o que constato é o mal disfarçado propósito da Recorrente no sentido de ressuscitar a discussão sobre o mérito da questão, tendo por objetivo o nítido propósito de rediscutir a tese jurídica adotada singularmente, motivo porque não vejo como dar guarida à mímica de atrativo no âmbito destes Embargos, e nessa trilha, recebo os aclaratórios como se agravo regimental fosse, com alicerce, inclusive, nos princípios da fungibilidade recursal e da economia processual.

Assim passo a decidir.

As questões postas na lide foram examinadas e decididas por este Relator, não havendo obscuridade, contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela Recorrente.

Na ocasião, constatei que o Togado Singular apreciando incidente de Impugnação ao referido pleito de liquidação entendeu que "a sentença liquidanda, em sua fundamentação, estabeleceu de forma clara e expressa em que consistiram os danos materiais reconhecidos no julgado e que deveriam ser objeto da liquidação determinada na parte dispositiva. Com efeito, a própria sentença mencionou de forma expressa que *"In caso, as perdas e danos englobarão não somente os prejuízos decorrentes dos distratos, demissões, capital aplicado no empreendimento, encargos financeiros em geral, encargos do contrato de mútuo, etc... - danos emergentes - mais ainda o que a parte autora deixou de ganhar com O EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO FRUSTRADO - lucros cessantes. // Os danos materiais decorrentes do encerramento da atividade da construtora, antes referidos, serão objeto de liquidação, como pedido pelo autor na inicial"*. (destaquei e grifei)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

fl. 579
JCM

Percebe-se, sem muito esforço, que este Relator ao decidir se ancorou na sentença liquidanda, a qual deixou bem claro quais eram os limites da indenização a serem suportados pelos Bancos/Recorridos.

Tal situação foi verificada no voto lançado pelo Eminentíssimo Des. Milton Neves, quando do julgamento do Agravo de Instrumento, e é o objeto dos Infringenciais, pois a sentença condenatória foi bem específica ao apontar quais seriam os danos materiais (emergentes e lucros cessantes), ou seja, apenas aqueles referentes à frustração do empreendimento do Edifício Avellar, afastando a existência de lucros cessantes que abrangessem também toda a quebra da construtora.

Quanto ao ponto de não ser cabível a oposição dos Embargos Infringentes, residindo aí a suposta omissão, é ponto já devidamente enfrentado e superado por Decisão do Colendo STJ (fls. 460/486, dos autos nº 0168.566-5/09), onde se fixou que a decisão lançada no Instrumental, foi além do âmbito de se fixar o montante devido (*quantum debentur*), adentrando na seara do próprio objeto da condenação, consistente na delimitação da dimensão do dano material sofrido pela sociedade empresária, aqui recorrente, e passível de reparação pelas instituições financeiras, ora recorridas.

Posto isso, e sem mais necessidade de alongar o tema, invocando a fundamentação já lançada na decisão monocrática recorrida, eis que nenhuma circunstância nova acena como capaz de lhe alterar a essência, **VOTO MANTENDO AQUELA DECISÃO PROFERIDA NOS EMBARGOS INFRINGENTES NO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM TODOS OS SEUS TERMOS POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.**

É COMO VOTO.

- Recife, 11/06/2014.

JCM
JCM